



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RONALD FELIPE OLIVEIRA DOS SANTOS

**A Conferência do Nordeste: Protestantes no debate político e social do Brasil
(1962)**

RECIFE
2026

Ronald Felipe Oliveira dos Santos

A Conferência do Nordeste: Protestantes no debate político e social do Brasil
(1962)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Profa. Dra. Marcília Gama da Silva

Recife
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S237c Santos, Ronald Felipe Oliveira dos.
A conferência do Nordeste: protestantes no debate político e social do Brasil (1962) / Ronald Felipe Oliveira dos Santos. – Recife, 2026.
42 f.; il.

Orientador(a): Marcília Gama da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Religião e Política. 2. Protestantismo. 3. Conferência do Nordeste. I. Silva, Marcília Gama da, orient. II. Título

CDD 909



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA TCC (Semestre 2026.1)

Aos 19 dias do mês de junho de 2026, a partir das 17:00, reuniu-se a Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso constituída pelos professores abaixo, a fim de avaliar **Ronald Felipe Oliveira dos Santos** ao grau de Licenciado em História. A sessão pública por meio do Google Meet, <https://meet.google.com/cxb-zbpe-whi> possibilitou a discussão acadêmica sobre o objeto de estudo com som e imagem. De início, a presidente da Banca comunicou aos presentes que a finalidade da reunião era a apresentação e o julgamento do TCC sob o título: **“A Conferência do Nordeste: Protestantes no debate político e social do Brasil (1962)”** com o objetivo de atender às exigências para conclusão do Curso de Licenciatura em História. A seguir foi concedida a palavra ao graduando pelo prazo de 15 minutos regulamentado pelos examinadores. Concluída a exposição, deu-se início às arguições do discente sobre os aspectos abordados no referido trabalho e para que respondesse as questões levantadas. Após a análise, os membros da Banca Examinadora emitiram o seu julgamento, do qual se apurou o seguinte resultado:

Nome	Nota
Marcília Gama da Silva	
Ademir Bezerra de Melo Junior	
Marcos Aurélio Dornelas da Silva	

Tendo assim, o graduando obtido a nota _____ (média das notas) no TCC. Encerrada a sessão, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, orientador, pelo aluno e demais membros da Banca.

O concluinte deverá enviar a versão final do trabalho à Biblioteca Central. O depósito será feito após realizada as correções recomendadas pela banca e de acordo com os procedimentos vigentes nas normas internas desta Universidade.

Recife, 19 de junho de 2026.

Aluno: _____

Prof. Examinador 1: _____

Prof. Examinador 2: _____

Prof. Examinador 3: _____

Obs: Assinatura pelo E-GOV

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela força concedida nos momentos mais difíceis e por me permitir chegar até aqui. Ao longo dessa caminhada, foram muitos os desafios, as incertezas e os obstáculos que enfrentei, mas também foram inúmeras as pessoas que estiveram ao meu lado, contribuindo direta ou indiretamente para que este sonho se concretizasse. Por isso, este momento não representa apenas uma conquista individual, mas o resultado do apoio, do incentivo e da presença de todos aqueles que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

À minha família, base de toda a minha trajetória, expresso minha eterna gratidão. Em especial à minha mãe, Luciane Ferreira, e à minha tia, Lucilene Ferreira, por todo apoio emocional, espiritual e financeiro, por nunca desistirem de mim e por acreditarem no meu potencial mesmo nos momentos mais difíceis. Amo vocês imensamente.

Com profunda saudade, agradeço também à minha avó, Iraci Ferreira da Silva, e ao meu avô, José Pedro de Oliveira Filho, que já não estão entre nós, mas que apostaram tudo em mim e fizeram parte da construção de quem sou hoje. Tenho certeza de que estariam orgulhosos ao ver seu neto concluindo o ensino superior.

À minha família de Sergipe, que sempre esteve presente oferecendo apoio emocional, espiritual e financeiro, especialmente às minhas primas, Dra. Cleidiane Santos e Eliene Santos, deixo meu sincero agradecimento por todo carinho, incentivo e cuidado ao longo dessa caminhada.

A todos os meus amigos e irmãos de vida, que são muitos, agradeço pelo incentivo, companheirismo e apoio constante. Nos momentos mais difíceis, vocês estiveram ao meu lado, tornando essa trajetória mais leve e possível.

Aos colegas, professores e profissionais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, agradeço pela troca de conhecimentos, pelas experiências compartilhadas e pelos aprendizados construídos ao longo desses anos. Cada encontro deixou marcas importantes que levarei para minha trajetória profissional e pessoal.

À minha professora orientadora, Marcília Gama, expresso minha profunda gratidão pelo apoio, paciência, incentivo e orientação durante a construção deste trabalho.

Aos meus estudantes, agradeço por motivarem diariamente minha caminhada como professor, renovando em mim o desejo de ensinar, aprender e acreditar na educação como instrumento de transformação social.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa caminhada e contribuíram para que esta conquista se tornasse realidade.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a relação entre religião e política a partir da atuação do protestantismo histórico brasileiro no contexto das transformações sociais e políticas das décadas de 1950 e 1960, tomando como objeto a Conferência do Nordeste, promovida pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB) em 1962, no Recife, que constituiu-se como um importante espaço de articulação entre discurso religioso, crítica social e pensamento político, sintetizado no tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, cujo objetivo era discutir o papel da igreja diante dos problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil. A discussão estava diretamente ligada ao contexto social em que vivia a região do Nordeste, um palco de intensa desigualdade e exploração vivida pelos camponeses, mas também da efervescência política gerada pela ascensão das Ligas Camponesas, que além de um movimento de trabalhadores, foi também um espaço de consciência social e política que ecoou fortemente nas pautas da conferência. Partindo das contribuições da História Cultural e dos estudos sobre religião e espaço público, o trabalho compreende o campo religioso como um espaço plural, atravessado por disputas ideológicas e diferentes projetos de sociedade. Dialogando com autores como Aline Coutrot, Michael Löwy e Joanildo Burity, a pesquisa busca compreender de que maneira setores do protestantismo passaram a discutir temas como justiça social, desigualdade e responsabilidade pública da fé em meio à efervescência política do período pré-1964. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo dos documentos produzidos no âmbito da conferência, como relatórios, palestras, periódicos e materiais do SRSI. Assim, o estudo contribui para ampliar o diálogo entre história religiosa e história política, evidenciando a pluralidade do protestantismo brasileiro e problematizando interpretações que o associam exclusivamente ao conservadorismo.

Palavras-chave: Religião e política; Protestantismo; Conferência do Nordeste

ABSTRACT

This research analyzes the relationship between religion and politics through the activities of Brazilian historical Protestantism in the context of the social and political transformations of the 1950s and 1960s. Its object of study is the Northeast Conference, organized by the Brazilian Evangelical Confederation (CEB) in Recife in 1962, which became an important space for the articulation of religious discourse, social criticism, and political thought. The conference was centered on the theme “Christ and the Brazilian Revolutionary Process” and aimed to discuss the role of the church in addressing Brazil’s social, political, and economic problems. The discussions were directly connected to the social reality of the Northeast region, marked by profound inequality and the exploitation of rural workers, as well as by the political effervescence generated by the rise of the Peasant Leagues. Beyond being a workers’ movement, the Peasant Leagues also served as a space for social and political awareness, strongly influencing the issues debated at the conference. Drawing upon the contributions of Cultural History and studies on religion and the public sphere, this research understands the religious field as a plural space shaped by ideological disputes and competing projects of society. Engaging with scholars such as Aline Coutrot, Michael Löwy, and Joanildo Burity, the study seeks to understand how sectors of Brazilian Protestantism came to address issues such as social justice, inequality, and the public responsibility of faith amid the political climate of the pre-1964 period. Methodologically, the research adopts a qualitative approach based on the content analysis of documents produced within the context of the conference, including reports, lectures, periodicals, and materials from the Social Responsibility of the Church Sector (SRSI). Thus, the study contributes to expanding the dialogue between religious history and political history, highlighting the plurality of Brazilian Protestantism and challenging interpretations that associate it exclusively with conservatism.

Keywords: Religion and politics; Protestantism; Northeast Conference.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - RELIGIÃO, PROTESTANTISMO E ENGAJAMENTO POLÍTICO... 14	
1.1 - Religião e espaço público: permanências e transformações.....	14
1.2 - Religião e Cultura Política.....	17
CAPÍTULO 2 - PROTESTANTISMO BRASILEIRO E QUESTÃO SOCIAL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.....	20
2.1 - Efervescência política e mobilização social nos anos 1950-1960.....	20
2.2 - O protestantismo brasileiro: entre o conservadorismo e a responsabilidade social.....	24
CAPÍTULO 3 - A CONFERÊNCIA DO NORDESTE.....	29
3.1 - Contexto, organização.....	29
3.2 - Debates e propostas.....	31
3.3 - Impactos, tensões e limites da Conferência.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
FONTES.....	41
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

A relação entre religião e política tem ocupado um espaço cada vez mais relevante na historiografia contemporânea, especialmente a partir das transformações promovidas pela História Cultural e pela ampliação dos objetos de estudo da disciplina histórica. Durante muito tempo, o fenômeno religioso foi tratado como um elemento secundário, frequentemente separado das dinâmicas políticas e sociais.

No entanto, a religião passou a ser compreendida como uma dimensão integrante da vida social, capaz de produzir sentidos sobre a realidade e influenciar diretamente as práticas políticas. Essa mudança de perspectiva permite enxergar os grupos religiosos não apenas como instituições de fé, mas como atores sociais que interpretam o mundo e se posicionam diante de questões reais, como desigualdade, justiça social e organização da sociedade. Assim, a análise da relação entre religião e política exige considerar o campo religioso como um espaço totalmente plural, marcado por disputas internas e por diferentes projetos de atuação no mundo.

É nesse ponto que as contribuições de Aline Coutrot, historiadora francesa, se tornam fundamentais para essa pesquisa. Ao discutir as relações entre religião e cultura política, Coutrot (2003) demonstra que práticas religiosas não se limitam ao âmbito espiritual, mas ajudam a formar valores, sensibilidades e formas de engajamento coletivo. Em outras palavras, a religião também constrói modos de pensar e agir politicamente. Essa perspectiva permite compreender que a atuação de grupos religiosos não é neutra, mas orientada por interpretações específicas da realidade social, que podem tanto reforçar quanto questionar a ordem estabelecida.

De maneira complementar, as reflexões de Michael Löwy, sociólogo e historiador dedicado aos estudos sobre religião e transformação social na América Latina, contribuem para evidenciar as tensões internas ao campo religioso. Ao analisar o cristianismo na América Latina, Löwy (2016) identifica a existência de diferentes correntes, destacando a oposição entre um protestantismo conservador, voltado à manutenção da ordem e à moral individual, e um “protestantismo da libertação”, que busca articular fé e transformação social. Essa distinção é fundamental para evitar generalizações e compreender que o protestantismo

brasileiro, assim como outras tradições religiosas, não é homogêneo, mas atravessado por disputas ideológicas e diferentes formas de inserção no debate público.

No caso brasileiro, essa discussão ganha força ao ser situada no contexto das décadas de 1950 e 1960, período marcado por profundas transformações econômicas, sociais e políticas. O projeto desenvolvimentista impulsionado durante o governo de Juscelino Kubitschek promoveu a industrialização e a urbanização do país, mas não conseguiu reduzir as desigualdades estruturais. A concentração de renda, a precarização das condições de vida e as tensões no campo permaneceram como elementos centrais da realidade brasileira. Ao mesmo tempo, o governo de João Goulart intensificou os debates em torno das reformas de base, mobilizando diferentes setores da sociedade e ampliando a polarização política.

Nesse cenário de efervescência, o Nordeste brasileiro assumiu um papel de destaque, especialmente em função das mobilizações sociais no campo com as Ligas Camponesas. A atuação das Ligas Camponesas, que organizavam trabalhadores rurais em torno da luta por direitos e reforma agrária, tornou-se um dos principais símbolos desse momento histórico. Mais do que um movimento reivindicatório, as Ligas representavam um espaço de formação política e de construção de consciência social, o que gerava forte reação de setores conservadores, que as viam como “subversividade” e ameaça à ordem estabelecida.

É nesse ambiente de efervescência política e social que se insere o campo religioso, particularmente o protestantismo histórico brasileiro. Como argumenta Joanildo Burity (2011), cientista político e pesquisador das relações entre religião, democracia e espaço público no Brasil contemporâneo, a religião deve ser compreendida como um campo de produção de sentidos e práticas sociais, no qual discursos religiosos não apenas refletem a realidade, mas a interpretam e buscam transformá-la. Tradicionalmente associado a uma postura mais conservadora, à evangelização e à moral individual, fortemente influenciado por matrizes missionárias norte-americanas, esse segmento, ainda que de forma não homogênea, passou, no período, por um processo de inflexão, sendo atravessado por debates acerca de seu papel diante das desigualdades sociais e das

transformações estruturais do país, tendo preocupações com a justiça social, o desenvolvimento e a responsabilidade pública da fé.

A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), fundada em 1934, emerge como um importante espaço de articulação interdenominacional, reunindo diferentes igrejas protestantes como presbiterianos, metodistas, batistas e luteranos em torno de projetos comuns. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, a CEB ampliou seu espaço de atuação, especialmente com a criação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI), que passou a promover reflexões sobre o papel do cristianismo diante das desigualdades sociais. A criação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) evidencia esse deslocamento ao propor a reflexão sobre temas como pobreza, desigualdade e desenvolvimento, em diálogo com correntes teológicas emergentes na América Latina que defendiam uma atuação cristã engajada na transformação social.

A CEB promoveu uma série de conferências que expressaram esse movimento de atualização teológica e política, formando os principais espaços de elaboração dessas reflexões. Entre elas, destaca-se a Conferência do Nordeste de 1962, realizada no Recife, entre os dias 22 e 29 de julho, no Colégio Presbiteriano Agnes Erskine. O evento reuniu representantes de diversas denominações protestantes e teve como eixo central a discussão sobre a relação entre fé cristã e transformação social, sintetizada no tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”. A escolha de Pernambuco como sede do evento não foi aleatória, mas profundamente intencional. Como observa Christine Dabat (2007), a estrutura agrária nordestina era marcada por profundas relações de dependência e concentração fundiária, cenário que favoreceu o surgimento de organizações camponesas voltadas à luta por direitos sociais e acesso à terra. Nesse ambiente de agitação política, a conferência reuniu representantes de diversas denominações protestantes, constituindo-se como um espaço privilegiado de debate sobre o papel da Igreja diante dos desafios sociais do país.

Diante desse quadro, o presente trabalho tem como objeto de estudo a Conferência do Nordeste de 1962, buscando analisá-la como um espaço de articulação entre discurso religioso e pensamento social. O objetivo geral consiste em compreender de que maneira os participantes da conferência interpretaram a

realidade brasileira e propuseram formas de atuação cristã diante das desigualdades sociais e das transformações políticas do período. Como objetivos específicos, pretende-se situar o evento no contexto histórico da década de 1960 e refletir sobre a atualidade das questões levantadas, especialmente no que diz respeito à relação entre religião e política.

A relevância da pesquisa está relacionada à necessidade de ampliar o diálogo entre história religiosa, ao evidenciar a pluralidade interna do protestantismo brasileiro e história política ao inserir o evento no contexto das disputas ideológicas que marcaram o período pré-1964, evidenciando o papel dos atores religiosos na construção de projetos de sociedade. Além disso, contribui para problematizar e romper com ideias hoje difundidas de um protestantismo “homogêneo”, que associa-o automaticamente ao conservadorismo, demonstrando a existência de diferentes correntes e formas de engajamento.

No que diz respeito às fontes, a pesquisa baseia-se na análise de documentos produzidos no âmbito da conferência, como relatórios, palestras, materiais do SRSI, e periódicos. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise de conteúdo, compreendendo os textos como produções historicamente situadas e atravessadas por disputas de sentido, conforme Burity (2011).

Por fim, o trabalho organiza-se em três capítulos. No primeiro capítulo, “Religião, protestantismo e engajamento político”, serão discutidas as bases teóricas da pesquisa, abordando as relações entre religião, espaço público e engajamento social, além das tensões existentes no interior do protestantismo entre fé individual e responsabilidade social. No segundo capítulo, “Brasil no início dos anos 1950-1960: religião e questão social”, será analisado o contexto político e social do período, marcado pela efervescência política, pelas mobilizações sociais e pelas disputas em torno das reformas de base, com destaque para as tensões sociais no Nordeste e para os debates presentes no protestantismo brasileiro diante dessas transformações. Por fim, no terceiro capítulo, “A Conferência do Nordeste”, examina-se o evento a partir de três eixos principais: contexto e organização, debates e propostas e, por fim, seus impactos, tensões e limites.

CAPÍTULO 1 - RELIGIÃO, PROTESTANTISMO E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Neste capítulo, serão discutidas algumas reflexões teóricas que ajudam a compreender as relações entre religião, protestantismo e política. A intenção é analisar como determinados grupos religiosos passaram a interpretar questões sociais e a defender formas de atuação para além do espaço estritamente religioso.

Para isso, o capítulo foi dividido em duas partes. A primeira discute as relações entre religião e espaço público. A segunda analisa as relações entre religião e cultura política, observando de que maneira o protestantismo articulou valores, práticas e formas de engajamento político no contexto das transformações sociais e políticas.

1.1 - Religião e espaço público: permanências e transformações

Durante muito tempo, a religião foi analisada apenas como expressão da fé ou da espiritualidade, ou seja, tratada apenas como um elemento secundário nas análises históricas. Predominou a ideia de que a modernidade levaria ao enfraquecimento da religião na vida social e política. Essa perspectiva estava ligada à teoria da secularização (conceito central na sociologia da religião) segundo a qual o avanço da ciência, da urbanização e das instituições modernas faria com que a religião perdesse influência no espaço público, tornando-se cada vez mais restrita à esfera privada e à experiência individual da fé. Como argumentou Peter Berger (1985), um dos principais defensores dessa tese no século XX, religião e política passariam a ser entendidas, nesse modelo, como campos separados, cada um com funções próprias dentro da sociedade moderna.

Nas últimas décadas, contudo, a própria teoria da secularização passou por importantes revisões. O próprio Peter Berger, que anteriormente defendia a tendência de retração da religião nas sociedades modernas, posteriormente reconheceu que o mundo contemporâneo permanecia “intensamente religioso” e que a secularização não ocorreu de maneira homogênea ou linear: “o mundo de hoje [...] é tão ferozmente religioso quanto antes, e em alguns lugares mais do que nunca” (Berger, 2001, p. 10). Em vez do desaparecimento da religião, observou-se

sua reconfiguração no interior das sociedades modernas, assumindo novas linguagens, formas institucionais e estratégias de atuação pública.

Essa perspectiva já aparecia nas análises clássicas do sociólogo Émile Durkheim, que entendia a religião como parte importante da organização da vida coletiva. Segundo Durkheim (1996, p. 31), a religião corresponde a “um sistema solidário de crenças e práticas”, capaz de reunir indivíduos em torno de valores e sentidos compartilhados. Assim, mais do que expressão individual da fé, a religião também participa da construção de identidades coletivas e formas de coesão social. Entretanto, estudos posteriores demonstraram que as experiências religiosas não produzem apenas integração ou coesão social, mas também disputas simbólicas, conflitos de interpretação e formas de mobilização coletiva. A religião pode atuar tanto na legitimação das estruturas sociais quanto na formulação de discursos críticos e projetos de transformação política, aspecto particularmente importante para compreender movimentos religiosos engajados nas questões sociais ao longo do século XX.

No campo historiográfico, essas mudanças de interpretação se relacionam com a ampliação dos objetos de estudo promovida pela História Cultural. A partir dessa perspectiva, práticas, representações e discursos passaram a ser vistos como elementos importantes para compreender a sociedade e sobretudo as relações de poder. Como destaca o professor José D'Assunção Barros (2014), a renovação da historiografia ao longo do século XX contribuiu para ampliar os temas e problemas investigados pelos historiadores, incorporando novos sujeitos, sensibilidades e formas de produção cultural à análise histórica. Nesse contexto, autores como Roger Chartier (1990) passaram a compreender as representações não apenas como reflexos da realidade, mas como elementos que também participam da construção social da realidade. Para Chartier (1990, p. 17), as representações são produzidas “a partir das relações de força que estruturam a sociedade”, evidenciando que práticas culturais e simbólicas também participam das disputas sociais e políticas. De maneira semelhante, René Rémond (2003) chama atenção para a importância de analisar a religião como parte da cultura política e das disputas presentes na sociedade.

Antes de analisar a inserção do protestantismo brasileiro no espaço público, é importante compreender o próprio conceito de protestantismo. Quando se fala “protestante” ou “evangélicos” (termo popularmente mais utilizado), faz-se referência ao conjunto de cristãos não católicos do País. Porém é preciso compreender que esse conjunto de cristãos é formado por uma ampla diversidade. Segundo (Martins, 2024), podemos definir “protestantismo” como:

Uma expressão plural da cultura religiosa cristã, que se insere, em sua origem histórica, no contexto da modernidade europeia nos idos do século XVI. Resulta de uma experiência de ruptura com a identidade hegemônica do catolicismo, prevalecente no período que antecede a eclosão do protestantismo. (Martins, 2024, p.19).

De maneira geral, o protestantismo corresponde ao conjunto de tradições cristãs originadas a partir da Reforma Protestante do século XVI, movimento iniciado por Martinho Lutero em oposição a práticas e estruturas da Igreja Católica. Ao longo do tempo, o protestantismo constituiu diferentes vertentes teológicas e institucionais. Segundo (Padilha et al., 2022, p. 23), é possível agrupá-los em dois grupos: os históricos, também chamados de clássicos, ou protestantismo de “missão”, são aqueles de diferentes confissões que chegaram ao Brasil por conta de imigração ou por meio de missões dos Estados Unidos como luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas e congregacionais, no século XIX, e os pentecostais, que aportaram em terras brasileiras na primeira década do século XX, vindos também dos Estados Unidos, que têm raízes no protestantismo histórico mas que baseiam sua doutrina e prática religiosa na chamada “experiência com o Espírito Santo”, marcada pelo “dom de falar em línguas estranhas” como a Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil e Evangelho Quadrangular.

No caso brasileiro, as discussões sobre religião e espaço público ganharam novo impulso a partir dos estudos de Joanildo Burity e Paul Freston (pesquisador do protestantismo latino-americano, que desenvolveu estudos sobre as relações entre evangelicalismo, sociedade e política no Brasil.), autores que contribuíram significativamente para compreender as múltiplas formas de inserção do protestantismo na vida pública. Ambos questionam interpretações que associavam a modernização ao afastamento da religião da esfera política, demonstrando que grupos religiosos continuaram atuando como agentes relevantes nas disputas sociais e na produção de valores públicos.

Joanildo Burity (2015) argumenta que a presença da religião na esfera pública contemporânea não deve ser compreendida como simples “retorno do religioso”, mas como resultado de processos históricos de pluralização social, democratização e redefinição das fronteiras entre público e privado. Para o autor, a religião pública caracteriza-se pela capacidade dos grupos religiosos de participar dos debates coletivos, produzir discursos sobre questões sociais e disputar legitimidade no interior da sociedade civil. Dessa maneira, a religião deixa de ocupar apenas um espaço institucional restrito às igrejas e passa a atuar em redes de mobilização, movimentos sociais, organizações civis e debates relacionados à cidadania, moralidade e direitos sociais.

As análises de Paul Freston dialogam diretamente com essa perspectiva ao demonstrar que o protestantismo brasileiro desenvolveu diferentes formas de relação com a vida pública ao longo do século XX. Segundo o autor, embora parte do protestantismo histórico tenha enfatizado durante muito tempo uma compreensão mais individualizada da fé, marcada pelo pietismo e pelo afastamento das disputas políticas, determinados grupos protestantes passaram a desenvolver formas de engajamento social influenciadas pelo ecumenismo, pelas discussões sobre desenvolvimento nacional e pelos debates em torno da justiça social (FRESTON, 1993). Dessa maneira, o protestantismo brasileiro não pode ser compreendido como experiência homogênea ou exclusivamente conservadora, mas como campo marcado por diferentes sensibilidades teológicas e projetos de inserção pública.

1.2 - Religião e Cultura Política

Compreender as relações entre religião e cultura política exige considerar que experiências religiosas não se restringem à esfera da fé individual. A historiadora francesa Aline Coutrot desenvolveu importantes reflexões sobre as relações entre religião, cultura política e formas de engajamento coletivo.

O conceito de cultura política ganhou força na historiografia a partir da segunda metade do século XX, especialmente entre autores interessados em compreender os elementos simbólicos, afetivos e culturais que influenciam a vida política para além das instituições formais. Diferentemente das abordagens centradas apenas nos partidos, no Estado ou nas estruturas econômicas, os estudos

sobre cultura política passaram a considerar valores, memórias, sensibilidades, práticas cotidianas e sistemas de representação como elementos fundamentais para compreender os comportamentos políticos e as formas de participação social.

Nesse sentido, a noção de cultura política religiosa permite compreender como determinadas tradições religiosas produzem linguagens, sensibilidades e formas específicas de percepção da realidade social e política. Mais do que posicionamentos partidários ou escolhas eleitorais, trata-se de analisar os valores, símbolos, memórias e práticas coletivas que orientam formas de participação social e interpretação do mundo. A religião, portanto, participa da construção de culturas políticas ao oferecer referenciais morais, diferentes visões de sociedade e de horizontes de ação prática/coletiva.

Embora suas pesquisas estejam voltadas para outra tradição religiosa (catolicismo) e contexto histórico (França), a perspectiva analítica de Coutrot possibilita compreender outras experiências religiosas, como o protestantismo brasileiro, especialmente no que diz respeito às suas formas de engajamento social e inserção na esfera pública. Seu objeto de estudo está relacionado à compreensão das maneiras pelas quais práticas religiosas participam da formação de culturas políticas, valores sociais e comportamentos coletivos, o que ela chama de “Identidade cristã” e “Atitudes Políticas”, fornecendo sistemas de valores que orientam condutas sociais e o comportamento eleitoral.

Ao discutir as conexões entre religião e vida pública, a autora argumenta que embora religião e política sejam coisas distintas em natureza (salvação x gestão da cidade), mantêm relações de “interdependência” através de mediações institucionais e sociais, ou seja, demonstra que experiências religiosas não atuam apenas no campo da espiritualidade individual, mas também influenciam formas de pensar, sentir e agir socialmente. Dessa forma, sua análise rompe com interpretações que separavam rigidamente religião e política, evidenciando que crenças religiosas também produzem visões de mundo e principalmente orientações sociais.

No texto “Religião e cultura política”, publicado na obra organizada por René Rémond, Coutrot (2003) argumenta que a cultura política não pode ser compreendida apenas por meio de instituições, partidos ou ideologias formais. Para

a autora, valores, sensibilidades, símbolos e experiências coletivas também fazem parte da construção das culturas políticas. Nesse sentido, ela afirma que “a cultura política é igualmente uma cultura afetiva” (COUTROT, 2003, p. 335), destacando que emoções, memórias e valores compartilhados influenciam práticas sociais e posicionamentos políticos. A partir dessa perspectiva, torna-se possível perceber que grupos religiosos não atuam de forma neutra na sociedade. Seus discursos e práticas carregam interpretações sobre a realidade social e podem tanto reforçar determinadas estruturas quanto incentivar formas de crítica e mobilização política.

Coutrot também ajudam a problematizar a ideia de homogeneidade religiosa. A autora defende que uma mesma tradição religiosa pode apresentar diferentes formas de inserção social e política, dependendo do contexto histórico e das disputas internas existentes em cada grupo, ou seja, o pluralismo político é resultado do que ela chama de diferentes “subculturas cristãs” e “sensibilidades teológicas que convivem dentro da mesma instituição religiosa. Dessa maneira, a religião passa a ser compreendida como espaço marcado por tensões, disputas de interpretação e diferentes projetos de sociedade. Essa perspectiva torna-se particularmente relevante para compreender o protestantismo brasileiro no século XX, e principalmente experiências de engajamento religioso no contexto das décadas de 1950 e 1960.

Longe de constituir um campo homogêneo, o protestantismo apresentou diferentes “sensibilidades teológicas” e projetos de inserção social. Enquanto determinados setores enfatizavam uma leitura mais individualizada da fé e maior distanciamento das questões políticas, outros grupos passaram a interpretar o cristianismo a partir de preocupações relacionadas à desigualdade social, democracia, desenvolvimento nacional e justiça social. Dessa forma, o campo protestante tornou-se espaço de disputas em torno das formas legítimas de relação entre religião e sociedade.

Nesse sentido, compreender as relações entre religião e cultura política torna-se fundamental para analisar experiências históricas em que a fé ultrapassa os limites da esfera privada e assume formas de atuação social. Mais do que simples conjunto de crenças, a religião aparece como elemento ativo na construção de valores, identidades e projetos de sociedade.

CAPÍTULO 2 - PROTESTANTISMO BRASILEIRO E QUESTÃO SOCIAL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

O início da década de 1950-1960 no Brasil foi marcado por intensa efervescência política e social, com destaque para as mobilizações populares, as disputas em torno das reformas de base e a crescente polarização que antecedeu o golpe de 1964. Nesse contexto, a questão agrária e as desigualdades sociais ganham centralidade no debate público. O Nordeste se destaca como espaço importante dessas tensões, especialmente devido à concentração fundiária, às condições precárias no campo e à atuação de movimentos como as Ligas Camponesas.

Paralelamente, setores do protestantismo brasileiro começam a se aproximar dessas discussões por meio da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e do Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI), que passam a refletir sobre o papel da Igreja diante das transformações sociais do período.

Este capítulo analisa esse contexto e suas relações entre religião e questão social no início dos anos 1950-1960.

2.1 - Efervescência política e mobilização social nos anos 1950-1960

O início da década de 1960 no Brasil foi marcado por um intenso processo de mobilização política e social, caracterizado pela ampliação dos debates públicos em torno das reformas estruturais, especialmente as chamadas reformas de base. Esse cenário resulta de um conjunto de transformações econômicas e sociais que se intensificaram ao longo da segunda metade da década de 1950, particularmente a partir do projeto desenvolvimentista implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Ao mesmo tempo, o contexto brasileiro estava inserido em um cenário internacional marcado pelas tensões da Guerra Fria (1947-1991), pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo (representadas pelos Estados Unidos e União Soviética) e pela crescente preocupação com os problemas do desenvolvimento econômico e das desigualdades sociais na América Latina. Nesse período, diferentes países latino-americanos passaram a vivenciar intensos debates

sobre modernização, reforma social e desenvolvimento nacional. A Revolução Cubana de 1959 também exerceu forte impacto sobre a dinâmica política do continente, ampliando tanto as expectativas de transformação social quanto os temores das elites conservadoras diante do avanço das esquerdas latino-americanas.

A historiografia recente tem destacado que o desenvolvimentismo de JK, expresso no Plano de Metas e na política de industrialização acelerada, produziu crescimento econômico significativo, mas também aprofundou desigualdades estruturais (Rangel; Rangel; Vasconcelos, 2023). O processo de modernização esteve fortemente concentrado nos centros urbanos e industriais, enquanto o meio rural permaneceu marcado por relações de trabalho tradicionais e pela concentração fundiária. Assim, o chamado “milagre do desenvolvimento” conviveu com a persistência de profundas “assimetrias” sociais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Esse quadro de desigualdade estrutural contribuiu para o acirramento dos debates políticos no início dos anos 1960, período em que o governo de João Goulart passou a defender um conjunto de reformas estruturais conhecidas como “reformas de base”. As Reformas de Base envolviam propostas de transformação nas áreas agrária, urbana, educacional, fiscal, bancária e eleitoral, sendo apresentadas como alternativas para enfrentar os problemas históricos do subdesenvolvimento brasileiro. Entre elas, a reforma agrária tornou-se uma das pautas mais debatidas e polarizadoras do período, pois questionava diretamente a concentração fundiária e os privilégios das elites rurais.

Para setores progressistas, sindicatos, movimentos populares e grupos de esquerda, as reformas eram vistas como necessárias para promover maior justiça social e ampliar a participação política das camadas populares. Por outro lado, setores conservadores da sociedade, incluindo empresários, grandes proprietários de terra, parcelas da imprensa, grupos religiosos tradicionais e segmentos das Forças Armadas, interpretavam tais propostas como uma ameaça à ordem social e uma possível aproximação com o comunismo. Mais do que propostas administrativas, essas reformas expressavam projetos distintos de sociedade,

envolvendo disputas em torno da propriedade da terra, da ampliação da cidadania e do papel do Estado na regulação das desigualdades sociais.

A historiografia sobre o período tem enfatizado que esse contexto não deve ser interpretado apenas como crise política, mas como um momento de intensificação da participação social e ampliação dos conflitos em torno do desenvolvimento nacional (Napolitano, 2014). Sindicatos urbanos e rurais, movimentos populares e organizações estudantis passaram a ocupar espaço crescente no debate público, reivindicando transformações estruturais e maior inclusão política.

Um dos elementos centrais desse processo foi a intensificação da questão agrária, que se tornou eixo estruturante dos conflitos sociais no país. A concentração fundiária e as formas históricas de exploração no campo passaram a ser amplamente questionadas por movimentos de trabalhadores rurais, entre os quais se destacaram as Ligas Camponesas. Surgidas em 1955, no Engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, as Ligas constituíram um movimento de esquerda voltado à organização política dos trabalhadores rurais, defendendo melhores condições de vida, direitos trabalhistas e a realização da reforma agrária. Lideradas por Francisco Julião, as Ligas ganharam projeção nacional ao denunciar as desigualdades sociais no campo e mobilizar camponeses em diversas regiões do Nordeste. Segundo Martins (2024):

As Ligas camponesas, representaram a organização de trabalhadores rurais no Brasil, principalmente no Nordeste, com a finalidade de estabelecer uma reforma agrária, por via das leis ou de confronto revolucionário, combatendo a estrutura latifundiária. As ligas se associam a figura histórica de Francisco Julião, militante do partido socialista brasileiro e incentivador decisivo do movimento. (Martins, 2024, p.78)

A questão agrária não pode ser reduzida apenas à dimensão econômica, mas deve ser compreendida como um campo de disputa social e política em torno da terra, da cidadania e das relações de poder. A terra no Brasil foi e é atravessada por relações desiguais de poder, sendo simultaneamente um recurso econômico e um elemento central das disputas políticas e sociais que estruturam o campo brasileiro.

Nesse contexto, as Ligas Camponesas emergem como uma das principais expressões da mobilização social no campo brasileiro. As Ligas articularam

reivindicações por melhores condições de trabalho, acesso à terra e reconhecimento de direitos sociais.

A atuação das Ligas contribuiu de forma decisiva para a politização da questão agrária no Brasil, inserindo o debate sobre a reforma agrária no centro da vida pública. Nesse processo, trabalhadores rurais passaram a ser reconhecidos como sujeitos políticos, capazes de organizar demandas coletivas e disputar projetos de sociedade, o que reforça a dimensão social e política do campo brasileiro nesse período.

Entretanto, a ampliação dessa participação social não se restringiu ao campo político-partidário, mas alcançou diferentes esferas da sociedade civil, incluindo instituições religiosas. À medida que as tensões sociais se intensificaram, diferentes organizações passaram a refletir sobre seu papel diante das transformações em curso no país, contribuindo para a redefinição da atuação pública da religião.

É nesse contexto que se torna possível compreender a crescente inserção de setores do protestantismo histórico brasileiro nos debates sobre a questão social, especialmente por meio da atuação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Inserida nesse cenário de mobilização social e disputa política, a CEB passa a incorporar em suas reflexões a problemática da responsabilidade social da Igreja, sinalizando a ampliação do papel das instituições religiosas no debate público sobre desigualdade, justiça social e transformação da realidade brasileira.

2.2 - O protestantismo brasileiro: entre o conservadorismo e a responsabilidade social

O protestantismo brasileiro não se constituiu de maneira homogênea ao longo de sua história. Desde o século XIX, diferentes correntes protestantes passaram a atuar no país, trazendo práticas religiosas, visões teológicas e formas de inserção social distintas. Entre essas correntes, destaca-se o chamado protestantismo clássico/histórico ou de missão, formado principalmente por denominações como presbiterianos, metodistas, batistas e congregacionais, ligadas às missões protestantes europeias e, sobretudo, norte-americanas efetuadas a partir da metade do século XIX. Essas igrejas tiveram papel importante na expansão do protestantismo no Brasil e na construção de uma cultura religiosa marcada pela valorização da leitura bíblica, da disciplina moral e da experiência individual da fé.

Grande parte desse modelo religioso foi influenciada pelo pietismo, corrente que enfatizava a devoção pessoal, a conversão individual e a construção de uma vida cristã moralmente disciplinada. Nesse contexto, a salvação era entendida principalmente como experiência individual, ligada à transformação espiritual e comportamental do sujeito. Como destaca Antônio Gouvêa Mendonça (1988), estudioso da tradição eclesial do protestantismo, esse modelo religioso missionário desenvolveu no Brasil uma forte preocupação com a moralidade individual e com a evangelização, priorizando a dimensão espiritual da fé:

O nosso Protestantismo é o da era missionária, isto é, do período da expansão dos povos capitalistas, em que a ideologia liberal incentiva o individualismo e o desempenho como instrumentos de ascensão social. O mau desempenho do indivíduo era atribuído ao seu pecado, que nada mais era do que a vida em desacordo com os padrões éticos da cultura capitalista. A salvação consistia na conversão dos indivíduos àqueles padrões, isto é, o seu reajustamento ao modo de vida da sociedade tida como cristã e, portanto, perfeita. Toda a Bíblia era vista como repetidas histórias de conversões. A noção da relação do povo de Israel com Deus se perdeu; prevaleceu a ideia da relação de indivíduos com Deus. (Mendonça, 1988, p. 17-18)

Essa postura estava relacionada à compreensão de que a Igreja deveria concentrar sua atuação principalmente na salvação espiritual dos indivíduos. Em muitos casos, a política era vista como espaço de corrupção, conflito ou desvio da verdadeira missão religiosa. A máxima seguida era a de que “crente não se mete

com política”. Dessa maneira, consolidou-se entre diferentes grupos protestantes a ideia de que fé e política pertenciam a campos separados, fortalecendo uma visão mais individualizada da experiência religiosa.

Entretanto, esse modelo passou a ser questionado ao longo do século XX, especialmente diante das transformações sociais vividas pelo Brasil e pela América Latina. O crescimento das desigualdades urbanas, os conflitos sociais no campo, a industrialização e as mobilizações populares levaram parte dos setores protestantes a refletir sobre o papel da Igreja diante da realidade social do país. Nesse contexto, começaram a surgir críticas internas ao individualismo religioso e ao distanciamento histórico em relação às questões sociais.

Para Michael Löwy (2016), esse processo esteve relacionado ao surgimento de correntes cristãs na América Latina, preocupadas em aproximar a fé cristã das questões sociais concretas, defendendo que a Igreja deveria atuar ao lado dos pobres e marginalizados na luta por justiça social, o que ele chamou de “Cristianismo da libertação”. Para o autor, o “Cristianismo da libertação” não se restringe apenas à “Teologia da Libertação” enquanto corrente teológica organizada e formulada pela Igreja Católica, mas corresponde a um movimento social, político e religioso mais amplo, que também possui raízes no protestantismo histórico “latino americano” (Löwy, 2016, p. 177).

Ele utiliza essa expressão para abarcar diferentes experiências cristãs comprometidas com a crítica às desigualdades sociais, incluindo pastorais populares, movimentos ecumênicos, organizações estudantis cristãs e setores protestantes progressistas. Dessa forma, o cristianismo da libertação constituiu-se como uma cultura religiosa marcada pela aproximação entre fé, justiça social e participação política, ou seja, prática religiosa e compromisso político, Löwy (2016, p. 74)

Nesse contexto, pobreza, exploração e injustiça deixavam de ser interpretadas apenas como problemas morais ou individuais e passavam a ser compreendidas como questões estruturais da sociedade latino-americana. Dessa forma, parte dos grupos cristãos começou a defender uma atuação religiosa mais ligada aos debates sociais e políticos do período.

As transformações ocorridas no interior do protestantismo brasileiro durante o século XX também estiveram relacionadas ao fortalecimento do movimento ecumênico e às discussões sobre responsabilidade social da Igreja. Como demonstram os estudos reunidos por Zwinglio M. Dias (2014), diferentes setores protestantes passaram a questionar o isolamento político das igrejas e defender maior participação cristã diante das desigualdades sociais e das tensões políticas vividas no Brasil:

O ecumenismo protestante latino-americano buscava construir uma compreensão do cristianismo comprometida com os problemas concretos da sociedade, especialmente com a pobreza, a desigualdade e a exclusão social (Dias, 2014, p. 27).

Nesse contexto, instituições ecumênicas como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), fundado em 1948, Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), movimentos de juventude e organizações estudantis como a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) que tornaram-se importantes ambientes de debate sobre justiça social, democracia e atuação pública da fé incentivando reflexões e debates sobre pobreza, ou seja, tinham entre as prioridades de ação a preocupação com a responsabilidade sociopolítica dos cristãos. Segundo (Padilha et al., 2022), essa ênfase se refletia na realização de seminários e publicação de reflexões. Um desses eventos foi a Conferência Mundial de Igreja e Sociedade (1966), da qual participaram lideranças vinculadas à CEB.

Destaca-se também a atuação de Rubem Alves e Richard Shaull. Em suas reflexões, Rubem Alves, defendia uma compreensão do cristianismo comprometida com a realidade histórica e com os problemas concretos da sociedade latino-americana. Sua produção teológica aproximava fé, esperança e transformação social, contribuindo para o desenvolvimento de perspectivas protestantes progressistas no Brasil. Segundo Rubem Alves (1969), a experiência cristã deveria estar vinculada à libertação humana e à construção de novas possibilidades históricas diante das estruturas de opressão presentes na sociedade. Shaull, teólogo estadunidense e importante nome do protestantismo ecumênico latino-americano. Atuando no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, Shaull criticava o isolamento social das igrejas protestantes e defendia uma atuação cristã mais comprometida com os problemas concretos da sociedade. Para o teólogo, “a Igreja deve inserir-se

no processo revolucionário da sociedade” (Shaul, 2003, p. 142), participando das transformações históricas e dialogando com os conflitos sociais de seu tempo. Sua perspectiva também rompia com interpretações mais tradicionais do protestantismo (atuação da fé no campo espiritual e à salvação individual). No livro que publicou em 1960, “Cristianismo e Revolução social”, estimulou os estudantes a se envolverem na luta por uma sociedade mais justa e igualitária como alternativa tanto para o capitalismo, como para o socialismo.

As ideias de Shaul exerceram influência significativa sobre setores progressistas do protestantismo brasileiro, especialmente em espaços ligados ao movimento ecumênico e à Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Fundada em 1934, a Confederação surgiu inicialmente como organismo de articulação entre diferentes denominações protestantes históricas, reunindo igrejas como metodistas, presbiterianas, batistas e congregacionais. Em seus primeiros anos, a instituição concentrou-se principalmente em iniciativas de cooperação interdenominacional, educação religiosa e representação institucional do protestantismo brasileiro. Com as mudanças sociais e políticas do pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente diante da intensificação dos debates sobre desenvolvimento, desigualdade social e modernização do país, parte de seus membros passou a defender uma atuação mais ampla da Igreja na sociedade e a discutir diretamente os problemas do país.

A circulação dessas ideias contribuiu para que setores do protestantismo brasileiro questionassem modelos religiosos excessivamente voltados para a espiritualidade individual e passassem a discutir mais diretamente os problemas sociais do país.

Foi nesse cenário que a Confederação Evangélica do Brasil criou, em meados da década de 1950, o Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI), espaço que se tornaria central para o desenvolvimento do pensamento protestante progressista no Brasil. O setor foi organizado com o objetivo de promover debates sobre a relação entre cristianismo e sociedade, estimulando reflexões acerca do papel social da Igreja diante das desigualdades econômicas, da pobreza e das tensões políticas presentes no país. Mais do que um departamento administrativo, o SRSI tornou-se importante espaço de produção intelectual e circulação de ideias no interior do protestantismo brasileiro. promoveu cursos, seminários, encontros de

estudo, publicações e conferências voltadas para temas como desenvolvimento econômico, democracia, relações entre cristianismo e sociedade, reforma agrária e responsabilidade social da Igreja.

Segundo (Martins, 2024), entre 1955 e 1962 o SRSI realizou quatro consultas com o objetivo de pensar o mundo social brasileiro, suas complicações e seus desafios. As conferências adotavam temáticas que procuravam acompanhar os grandes temas nacionais. A primeira em 1955 com o tema “a responsabilidade social da Igreja”, que tinha como preocupação geral orientar a “participação cristã na vida política” (Martins, 2024, p.72). A segunda em 1957 teve como tema “Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil”, sob a compreensão de que “a Igreja não deve se caracterizar como um movimento social inerte diante das transformações que a sociedade atravessa” (Martins, 2024, p.72). A terceira em 1960, “Presença da Igreja na Evolução da Sociedade”, e por fim, em 1962, a última consulta no Recife, conhecida posteriormente como Conferência do Nordeste (CNE), com o tema “Cristo e o processo revolucionário”.

As discussões promovidas pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja aproximaram líderes protestantes, intelectuais e jovens militantes interessados em pensar formas de atuação cristã comprometidas com os problemas sociais brasileiros. Dessa forma, o protestantismo brasileiro passou a ser compreendido como um campo de disputas internas, no qual conviviam interpretações distintas sobre o papel da Igreja na sociedade. Se, por um lado, havia uma tradição voltada à experiência individual da fé, por outro, ganharam força leituras que defendiam a “inserção pública” do cristianismo e sua atuação diante das desigualdades sociais. Esse processo amplia as possibilidades de interpretação da religião, permitindo compreendê-la também como linguagem de crítica social e de engajamento político

CAPÍTULO 3 - A CONFERÊNCIA DO NORDESTE

3.1 - Contexto, organização

Entre os dias 22 e 29 de julho de 1962, na cidade do Recife, ocorreu a IV Consulta do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, vinculada à Confederação Evangélica do Brasil, realizada nas dependências do Colégio Presbiteriano Agnes Erskine, tendo a abertura realizada no Teatro do Parque, no centro do Recife. O encontro, conhecido também como Conferência do Nordeste, teve como tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Segundo Julião (2010, p. 91), foi um dos maiores eventos promovidos pelo SRSI, contando a presença de cento e sessenta e sete delegados de dezessete estados, reunindo cerca de dezesseis denominações protestantes diferentes, além de delegados de igrejas norte-americanas, uruguaias e mexicanas (César et al., 1962, p. XI)

A escolha do Nordeste, especialmente da cidade do Recife, para a realização da Conferência do não ocorreu de maneira aleatória. Como discutido anteriormente nesta monografia, o Brasil do início da década de 1960 era marcado por intensa efervescência política, profundas desigualdades sociais e acirradas disputas ideológicas em torno dos rumos do país. Nesse contexto, o Nordeste assumia posição central nos debates nacionais, sendo constantemente apresentado como símbolo das “contradições sociais brasileiras”, marcado pela pobreza, pela concentração fundiária, pelas secas periódicas e pela exclusão social de grande parte da população rural, em sua maioria analfabeta.

Ao mesmo tempo, a região também passou a ser vista por setores conservadores como um espaço de potencial ameaça à ordem política e social vigente. Não por acaso, o Nordeste ficou conhecido, em determinados discursos políticos da época, como a “Cuba brasileira”, enquanto o Recife recebeu o apelido de “moscouzinha brasileira” (Julião, 2010, p. 91). Essas expressões evidenciam o clima de polarização ideológica presente no período, influenciado pelo contexto da Guerra Fria e pelos impactos da Revolução Cubana de 1959 na América Latina.

Em Pernambuco, tais preocupações estavam diretamente relacionadas à atuação das Ligas Camponesas, movimento de organização popular no campo que ganhou destaque a partir da década de 1955. Lideradas por Francisco Julião, as

Ligas defendiam direitos trabalhistas rurais, melhores condições de vida para os trabalhadores do campo e a realização da reforma agrária. Julião, uma das lideranças mais associadas às influências da Revolução Cubana no Brasil, tornou-se figura central nas disputas políticas daquele período (Julião, 2010). Dessa forma, o Nordeste, e particularmente Pernambuco, consolidava-se como um dos principais focos das tensões sociais e políticas brasileiras, tornando-se um espaço estratégico para a realização de um encontro que pretendia discutir o “processo revolucionário brasileiro”.

A escolha do tema também revela a tentativa de inserir a reflexão cristã nos debates acerca das mudanças estruturais em curso no Brasil. Ao utilizar a expressão “processo revolucionário”, os organizadores reconheciam a profundidade das tensões sociais existentes naquele período e buscavam discutir qual deveria ser o posicionamento da “Igreja” diante das demandas por transformação social.

É importante destacar que a Conferência não contou apenas com a participação de lideranças protestantes/evangélicas. Também reuniu intelectuais, especialistas e conferencistas não vinculados ao meio religioso, muitos deles identificados evidentemente com perspectivas progressistas e posições políticas de esquerda. Estiveram presentes figuras como os economistas Celso Furtado e Paul Singer, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Cunha (2012, p. 58) afirma que “uma das inovações foi a busca de uma relação mais estreita entre a teologia e as ciências sociais”. Corroborando com essa ideia, Martins (2024, p.), infere que este momento de fato:

Foi um divisor de águas na teologia deste segmento religioso, ao propor reflexões sobre a vida humana, levando em consideração aspectos políticos, econômicos e culturais, sem determinação dominante de um viés fundamentalista ou pietista. (Martins, 2024, p. 79)

Nesse sentido, a Conferência do Nordeste representou um espaço singular de diálogo entre pensamento religioso e análise social, promovendo aquilo que Joanildo Burity identifica como um processo de “intertextualidade” entre o discurso teológico e o discurso técnico-científico. Para Burity, a conferência promoveu um encontro inédito entre o teólogo e o economista/sociólogo, aproximando linguagens que tradicionalmente ocupavam campos distintos.

3.2 - Debates e propostas

Para compreender os debates, tensões e propostas formuladas durante a Conferência do Nordeste, torna-se fundamental analisar as fontes produzidas no próprio contexto do evento. Os registros elaborados pelos participantes possibilitam identificar não apenas os principais temas discutidos, mas também as interpretações, expectativas e posicionamentos políticos presentes entre os setores do protestantismo ecumênico brasileiro naquele período.

Entre essas fontes, destaca-se a crônica escrita por Waldo César, Pastor, Sociólogo, secretário executivo do SRSI e um dos principais nomes por trás da conferência. Sua obra, *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro: A Conferência do Nordeste*, publicada ainda em 1962, registra as conferências, debates e recomendações produzidas durante o encontro, bem como evidencia as interpretações e preocupações dos participantes da conferência. Nesse sentido, o documento assume caráter de fonte primária privilegiada.

Figura 1: Livros originais sobre a Conferência do Nordeste publicados em 1962



Fonte: Biblioteca Rev. Joaquim Beato/Faculdade Unida de Vitória, reproduzido por [BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-1962-01-01)

Os debates promovidos pela Conferência do Nordeste articularam reflexão teológica, análise social e propostas concretas de transformação da realidade

brasileira. A partir dos anais do encontro, é possível identificar alguns grandes eixos temáticos: Eixo Teológico e Hermenêutico; Eixo de Análise da Realidade Brasileira e Regional; Eixo de Missão, Cultura e Arte; e por fim os eixos de recomendações práticas, denominados de “fronteiras” e divididas em fronteira econômica e cultural, organizadas em grupos de trabalho: Grupo urbano, industrial e rural; Grupo educacional, estudantil e grupo de Arte e Comunicação.

No eixo relacionado às questões teológicas e hermenêuticas, os participantes procuravam fundamentar a responsabilidade social da Igreja como parte integrante da própria mensagem cristã, e não como um elemento secundário da fé. Os debates ressaltaram o papel profético do cristianismo. Inspirados nos profetas bíblicos, muitos conferencistas defendiam que a Igreja deveria denunciar as injustiças sociais e econômicas presentes na sociedade brasileira. A pobreza e a exploração dos trabalhadores passaram a ser interpretadas não apenas como problemas econômicos, mas como expressões do pecado estrutural, como é possível identificar no trecho da mensagem do Rev. João Dias de Araújo:

A Igreja tem apoiado sistemas econômicos e políticos opressores, ou se tem silenciado pecaminosamente, muitas vezes, diante da injustiça, da opressão do homem pelo homem. A igreja deve fazer muito mais empenho para o estabelecimento da justiça. Muitas vezes a igreja tem sido instrumento de injustiça dos patrões contra empregados. Instrumento para o aumento da opressão dos ricos e poderosos. Instrumento para dar apoio aos imperialismos e colonialismos desumanos [...] (César et al., 1962, .p. 49-50)

Outro caso que evidencia a aproximação da Conferência do Nordeste com pautas sociais ocorreu por meio da palestra do Rev. Almir dos Santos, pastor metodista, e naquele momento, presidente do SRSI, com o tema: “Cristo e o processo revolucionário” ,que tinha fortes implicações sociais, defendendo uma atuação cristã comprometida com transformações estruturais da sociedade brasileira.

A revolução social está em andamento, e é um grito de revolta, no bom sentido, de uma população que desperta para a consciência de que a miséria não é uma situação inelutável; de que a pobreza não é um quinhão distribuído por Deus [...] (César et al., 1962, p. 3)

Em suas exposições, o pastor recorreu a um texto bíblico no evangelho de Lucas, especialmente ao episódio em que Jesus lê a profecia de Isaías na sinagoga (Lc 4:18-19), para sustentar que a missão cristã incluía o compromisso com os

pobres e o enfrentamento das injustiças sociais. Esse texto é chamado pelo Rev. de “Programa Social de Jesus” (César, 1962).

“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos e anunciar o ano aceitável do Senhor.” (Lucas 4:18-19)

Sobre esse texto, o palestrante concluiu com a interpretação de que:

Jesus diz que veio para proclamar libertação aos cativos, isto é, libertar os deserdados da ordem política e social. Ninguém nega que em nosso país e em grande parte do mundo de hoje, existe um verdadeiro cativo. O homem explora o seu próximo e usa-o para os seus próprios fins. O programa de Jesus viria determinar o extermínio de toda exploração e faria do homem um fim em si mesmo (César et al., 1962, p. 6).

Essas discussões se diferenciavam bastante do discurso predominante em muitos setores protestantes da época, que costumavam priorizar temas espirituais e religiosos, deixando as questões sociais e políticas em segundo plano.

Na temática realidade brasileira e “regional” nordestina, as exposições foram conduzidas principalmente por sociólogos e intelectuais convidados, muitos deles sem ligação direta com o meio protestante. Celso Furtado destacou as contradições da estrutura agrária nordestina, analisando o “subdesenvolvimento regional” como resultado histórico de estruturas econômicas excludentes. As discussões também abordaram os impactos da industrialização e das transformações econômicas em curso no Brasil. Parte dos conferencistas analisava criticamente o desenvolvimento capitalista brasileiro, destacando seus efeitos sobre a ampliação das desigualdades sociais e a expropriação das classes populares. Em alguns momentos, os debates estabeleceram comparações com experiências revolucionárias internacionais, como a Revolução Russa e a Revolução Cubana, ainda que os participantes buscassem diferenciar a proposta cristã de modelos explicitamente considerados “marxistas”. (César et al., 1962, p. 65-89)

Além das questões econômicas e políticas, a conferência dedicou atenção significativa às relações entre missão cristã, cultura e arte. Os participantes defendiam que a Igreja precisava superar sua condição de “enclave estrangeiro” e aproximar-se da cultura brasileira. Nesse sentido, discutia-se a necessidade de uma

maior identificação com as expressões culturais populares, valorizando manifestações artísticas nacionais como formas legítimas de comunicação religiosa e conscientização social. A arte passou a ser compreendida como instrumento de humanização e denúncia das injustiças sociais. O artista era frequentemente apresentado como uma espécie de “profeta” da realidade social, responsável por revelar as contradições da sociedade e despertar a consciência crítica da população. (César et al., 1962, p. 59-118)

Por fim, a conferência também produziu uma série de recomendações práticas voltadas para diferentes áreas da vida social, organizadas em grupos de estudo chamados de “fronteiras”. Na chamada “fronteira econômica”, discutiram-se propostas relacionadas à urbanização, à industrialização e, principalmente, à questão agrária. O grupo rural defendeu a urgência da reforma agrária, da sindicalização dos trabalhadores do campo e da criação de cooperativas como instrumentos de transformação das condições de vida no meio rural. (César et al., 1962, p. 151-168)

No campo educacional e cultural, os participantes defenderam a democratização da educação e o fortalecimento do ensino público como ferramentas fundamentais para a transformação social. Os estudantes cristãos foram incentivados a assumir participação ativa nas discussões sobre reforma universitária e engajamento político. Paralelamente, o grupo de arte e comunicação propôs a utilização de manifestações populares, como a literatura de cordel e o folclore, como formas de diálogo entre cristianismo, cultura popular e conscientização política. (César et al., 1962, p. 169-186)

Dessa forma, a Conferência do Nordeste constituiu um espaço singular de articulação entre teologia, análise social e engajamento político, evidenciando a tentativa do protestantismo ecumênico brasileiro de construir uma atuação pública comprometida com os problemas concretos da sociedade brasileira.

3.3 - Impactos, tensões e limites da Conferência

Os debates promovidos durante o evento repercutiram para além dos círculos protestantes e atraíram a atenção de importantes jornais pernambucanos. Veículos como o *Jornal do Commercio*, o *Última Hora* e o *Diário de Pernambuco* noticiaram a

realização da conferência, evidenciando o impacto público e político que o encontro assumiu. No dia 22 de Julho de 1962 o secretário do SRSI, Waldo César concedeu uma entrevista ao Jornal do Commercio divulgando e destacando a importância da conferência e de suas propostas para o pensamento cristão, bem como a importância do diálogo para compreender a sociedade (Martins, 2024).

Analisando os dois outros periódicos, “Diário de Pernambuco” e “O Última Hora”, é possível perceber como a conferência foi vista e recebida pela sociedade de formas distintas. Segundo (Barros, 2013), o Diário de Pernambuco possuía uma política editorial mais conservadora, com o papel de, em sua maioria, atacar o evento, enquanto o Última Hora possuía uma visão mais moderada sobre a reunião concedendo espaço para os realizadores apresentarem suas defesas frente aos ataques. Barros (2013) nos mostra as tensões travadas nas manchetes e nas seções dos jornais. Setores conservadores da imprensa associavam o evento ao avanço do comunismo e à infiltração de ideias consideradas “subversivas” na Igreja, através das denúncias do principal líder conservador em Pernambuco, ligado à Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil (CIEFB) e Vice-Presidente para o Brasil do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC), historicamente uma organização conservadora contrária ao pensamento progressista, o reverendo Israel Gueiros. Nas páginas do diário de Pernambuco ele afirma que a Conferência é uma “reunião de terminologia, processos e propaganda caracteristicamente comunistas” (Diário de Pernambuco, 24 jul. 1962, p. 03).

Martins (2024) nos mostra outra tensão corrida no dia 29 de julho de 1962, no O Diário de Pernambuco, que publicou uma matéria com o presbítero da Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil, Ebenezer Furtado Gueiros, onde o religioso ataca o evento e questiona o próprio cartaz da Conferência, apontado como propaganda “comunista”, por causa do fundo vermelho e que estaria estilizado no cartaz de forma sutil, a figura da foice e do martelo:

A infiltração vermelha na citada Conferência é evidente a começar do cartaz de propaganda de 95x65 cm em fundo vermelho, com uma cruz inclinada, tangida por um vendaval do qual sobressai uma foice. Contém os seguintes dizeres, ‘Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro’. Se o C da palavra Cristo se juntar em sentido horizontal com o T da mesma palavra, teremos a conhecida e estilizada figura da foice e do martelo. Este cartaz foi afixado aos milhares pelas ruas da cidade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 jul. 1962, p. 12).

A partir desses recortes, podemos perceber a relevância e repercussão do evento na imprensa. Martins (2024) nos aponta que tanto defensores como opositores expressaram seus pensamentos, indicando uma polarização dentro do protestantismo daquela época, ou seja, um confronto de duas teologias políticas: De um lado um discurso religioso conectado com as tensões e contradições sociais, do outro lado, o discurso de fé de omissão quanto às lutas por superação de opressão social (Martins, 2024, p. 90-81).

Os limites da Conferência do Nordeste também se manifestaram nas ambiguidades de seu discurso e nas dificuldades de definir, de maneira concreta, o papel político do protestantismo diante das transformações sociais da década de 1960. Conforme analisa Joanildo Burity, a Conferência reuniu diferentes concepções de “revolução”, combinando elementos do desenvolvimentismo, da ideia de sociedade responsável e da transformação social cristã, sem, contudo, apresentar um projeto político claramente definido. Essa indefinição aparece, inclusive, nas disputas internas entre setores progressistas e conservadores, evidenciadas no próprio prefácio dos anais, onde parte dos participantes procurava associar a revolução à mudança estrutural da sociedade, enquanto outros reduziram a discussão ao âmbito moral e espiritual, ou seja, uma revolução com direcionamento cristão.

A Igreja não pregará a revolução como meio para conseguir uma nova ordem de justiça social — ela sabe que Cristo não seria seu aliado na revolução; mas, nem tão pouco, a Igreja resignará perante a realidade existente, mas examinará todas as possibilidades de melhorá-la, com todo o conhecimento e toda a prudência. É o seu dever alertar atí consciências e mostrar oportunidades concretos, de fazer planos, certamente planos bons e menos bons, e assim ajudar aos seus membros a assumir a sua responsabilidade cristã em todo os setores da vida humana, para que tenham olhos abertos para as necessidades e aflições e injustiças, como oportunidades oferecidas por Deus — e Ele espera pela nossa resposta, pela nossa ação. (César et al., 1962, p. IX).

Dessa forma, o conceito de revolução tornou-se um campo de disputa dentro da própria Conferência, revelando tensões sobre os rumos que o protestantismo brasileiro deveria assumir naquele contexto de intensa polarização política.

Outro limite importante esteve relacionado ao posicionamento institucional da Igreja diante da realidade brasileira. Embora os participantes defendessem uma atuação cristã comprometida com os problemas sociais, havia uma preocupação

constante em evitar que a Igreja fosse identificada diretamente com partidos políticos ou projetos ideológicos específicos.

Não é função de nenhuma instituição eclesiástica ou dos seus representantes oficiais combater ou auxiliar o comunismo, o capitalismo ou qualquer outro movimento de caráter social, econômico ou político. Não cabe à Igreja apossar-se do processo social e oferecer soluções técnicas para os problemas angustiantes da vida coletiva. Não existem atalhos por onde possamos palmilhar para estabelecermos o Reino de Deus sobre a face da Terra. Ao mesmo tempo que acentuarmos a enorme responsabilidade de todos de darmos testemunho vivo e prático da justiça e da misericórdia de Deus perante a vida humana, precisamos advertir os bispos, os pastores e os representantes oficiais do rebanho de Cristo que o papel de todos eles é diferente e, como diz Karl Barth, mais humilde. **A Igreja não deve ser um partido, entre outros partidos, procurando lançar mão do poder.** (César et al., 1962, p. 126, grifo nosso).

Os documentos da Conferência ressaltavam que a missão da Igreja deveria ser principalmente profética e ética, orientando consciências e denunciando injustiças, mas sem assumir a responsabilidade técnica pelas soluções econômicas e políticas do país. Tal postura demonstrava uma tentativa de equilibrar engajamento social e preservação institucional, mas também acabava produzindo certa indefinição prática quanto às formas concretas de atuação dos cristãos na esfera pública.

Além disso, a estratégia de transformação proposta pela Conferência dependia fortemente da atuação dos leigos na sociedade. A Igreja incentivava a participação dos cristãos nos sindicatos, universidades, movimentos sociais e debates políticos, porém mantinha certa distância institucional dessas ações:

24. Recomendar aos cristãos a participação intensa e consciente em todas as campanhas eleitorais, visando a formar no Congresso, maioria parlamentar eminentemente patriótica. Parlamento sem compromisso com o latifúndio nacional ou com os grupos econômicos internacionais, porém, comprometido com a aprovação urgente de reformas estruturais, chamadas reformas de base. (César et al., 1962, p. 159)

Isso gerava um limite estrutural: ao mesmo tempo em que estimulava o compromisso político dos fiéis, a instituição evitava assumir plenamente as consequências desse engajamento. Em muitos casos, os leigos ficavam sem diretrizes claras sobre como articular fé cristã e prática política em meio às disputas ideológicas do período.

Também é possível perceber limites na própria maneira como as classes populares eram representadas nos debates da Conferência. Apesar do discurso

voltado para a justiça social e para a superação das desigualdades, trabalhadores rurais e setores populares apareciam frequentemente como objetos de conscientização e desenvolvimento, e não necessariamente como protagonistas autônomos da transformação histórica. O debate permanecia, em grande medida, concentrado entre intelectuais, líderes religiosos e especialistas, refletindo as limitações de um movimento ainda marcado por mediações elitizadas no interior do protestantismo brasileiro.

Por fim, os limites da Conferência do Nordeste tornaram-se ainda mais evidentes diante do contexto político que se consolidou após o golpe civil-empresarial-militar de 1964. O avanço do conservadorismo e da repressão política enfraqueceu profundamente os setores progressistas ligados ao protestantismo ecumênico, levando ao encerramento de iniciativas que haviam surgido naquele ambiente de tensões. Assim, embora a Conferência tenha representado um marco importante na aproximação entre fé cristã e questões sociais, suas ambiguidades conceituais, tensões internas e dificuldades de consolidação política revelam os desafios enfrentados por um movimento que buscava reinterpretar o papel da Igreja em uma sociedade marcada por profundas desigualdades e conflitos ideológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira a Conferência do Nordeste, realizada em 1962 pela Confederação Evangélica do Brasil, constituiu-se como um espaço de articulação entre discurso religioso, reflexão social e engajamento político em um dos períodos mais intensos da história brasileira contemporânea. Partindo da compreensão da religião como dimensão constitutiva da vida social e política, buscou-se analisar como setores do protestantismo histórico brasileiro interpretaram os desafios colocados pela realidade brasileira e elaboraram respostas fundamentadas em sua compreensão da fé cristã.

Ao longo dos estudos, foi possível constatar que a Conferência do Nordeste representou um momento singular na trajetória do protestantismo brasileiro. Em um contexto marcado pelas discussões sobre desenvolvimento, desigualdade social, reformas estruturais e participação política, o evento reuniu lideranças religiosas e intelectuais que procuraram refletir sobre a responsabilidade social da Igreja diante das transformações em curso no país. A escolha do tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” evidencia não apenas a disposição para o diálogo com as questões sociais de seu tempo, mas também a tentativa de construir uma leitura cristã da sociedade.

Nesse sentido, o evento expressou o esforço de determinados segmentos protestantes em superar perspectivas estritamente voltadas para a evangelização individual e incorporar ao debate religioso temas relacionados à justiça social, ao desenvolvimento econômico e às condições de vida da população brasileira. Tal posicionamento demonstra que o protestantismo brasileiro do período estava longe de constituir um grupo homogêneo, sendo atravessado por diferentes interpretações acerca do papel da fé na sociedade.

A repercussão da Conferência na imprensa também revelou a dimensão pública alcançada pelo evento. As reações favoráveis e contrárias identificadas nos periódicos analisados demonstram que os debates promovidos pela Conferência extrapolaram os limites institucionais das igrejas e passaram a integrar discussões mais amplas sobre política, desenvolvimento e transformação social.

Entretanto, a pesquisa também permitiu identificar importantes limites presentes na experiência da Conferência do Nordeste. Embora seus participantes defendessem uma atuação cristã comprometida com as questões sociais, persistiam ambiguidades quanto às formas de intervenção política e aos significados atribuídos ao próprio conceito de revolução. As divergências internas entre setores progressistas e conservadores revelavam diferentes compreensões acerca da missão da Igreja e de sua relação com os processos de mudança social. Além disso, a preocupação em preservar a autonomia institucional das igrejas frequentemente limitava a definição de estratégias políticas mais claras e consistentes.

Outro aspecto relevante diz respeito à própria condição histórica da Conferência. Inserida em um contexto de crescente polarização política, a experiência encontrou dificuldades para consolidar suas propostas diante das transformações ocorridas após 1964. O fortalecimento de setores conservadores, tanto na sociedade quanto no interior das igrejas, contribuiu para o enfraquecimento das iniciativas ligadas ao protestantismo ecumênico e à responsabilidade social cristã. Ainda assim, os debates promovidos pela Conferência deixaram contribuições importantes para a reflexão sobre o papel público da religião no Brasil.

Dessa forma, conclui-se que a Conferência do Nordeste de 1962 constituiu um marco na história do protestantismo brasileiro ao promover um diálogo sistemático entre fé cristã e realidade social. Mais do que um evento isolado, ela representou a expressão de disputas mais amplas acerca dos sentidos da atuação religiosa em um período de intensas transformações políticas e sociais. Seu estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a pluralidade do campo protestante brasileiro e evidencia que as relações entre religião e política são historicamente construídas, marcadas por conflitos, negociações e diferentes projetos de sociedade. Nesse sentido, revisitar esse momento histórico nos permite compreender questões que permanecem atuais nos debates sobre o lugar da religião e sua participação na construção da vida social e política do país.

FONTES

JORNAL DO COMÉRCIO. Recife, jul. 1962

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, jul. 1962

REFERÊNCIAS

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. **Conferência do Nordeste** : os estudos da fronteira econômica e a revolução social. Pernambuco, 1962. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. p. 119.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BBC NEWS BRASIL. **Os evangélicos que se reuniram há 60 anos no Nordeste para discutir a revolução social**. 22 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62273483>. Acesso em: 23 maio 2026.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BURITY, Joanildo A. **A cena da religião pública**: contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 102, p. 89-105, 2015.

BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, São Paulo, n. 4, p. 27-45, 2001.

BURITY, Joanildo Albuquerque. **Fé na revolução: protestantismo e discurso político no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

CÉSAR, Waldo et al. **Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro: A Conferência do Nordeste Vol. II**. Rio de Janeiro: Lóqui, 1962.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

DIAS, Zwinglio M. (org.). **Memórias ecumênicas protestantes: os protestantes e a ditadura — colaboração e resistência**. Rio de Janeiro: Koinonia, 2014.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1993.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 2016.

MARTINS, Moisés de Carvalho. **Protestantismo e teologia do social no Brasil contemporâneo: a Conferência do Nordeste**. 2024. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

MENDONÇA, A. Gouvêa. Socialização do Saber Teológico. In: **Educação Teológica em Debate**. São Paulo/São Leopoldo: ASTE/Sinodal, 1988. p. 17-18.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PADILHA, A.; IULIANELLI, J. A.; BUFF, L.; CUNHA, M. (orgs.). **As igrejas evangélicas na ditadura militar : dos abusos do poder à resistência cristã**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2022.

RANGEL, Isabelle de Sá e Silva; RANGEL, Fernanda Cavalcante; VASCONCELLOS, Iraci Matos. Análise do desenvolvimento econômico e social no período JK (1956-61). **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 14, n. 31, 2023.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SHAULL, Richard. A igreja e a revolução social. In: GUTIÉRREZ, Benjamín F.; CAMPOS, Leonildo Silveira (org.). **Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina — um desafio às igrejas históricas**. São Paulo: Pendão Real, 2003. p. 139-154.

SILVA DE MOURA, Carlos André; FERREIRA DOS SANTOS, Saymmon. “A palavra justiça está mais na boca de ateus do que cristãos” : as propostas sociais do Rev. João Dias de Araújo para a Igreja Presbiteriana do Brasil (1950 – 1960). **HISTÓRIA UNICAP**, Recife, PE, Brasil, v. 8, n. 16, p. 177–193, 2021. DOI: 10.25247/hu.2021.v8n16.p177-193. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1945..> Acesso em: 25 maio. 2026.

SILVA, Paulo Julião da. **Protestantes no embate anticomunista em Pernambuco (1945-1964)**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.